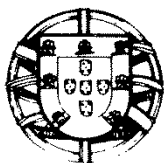


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 31

Quinta-feira, 16 de Novembro de 1978

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Resolução n.º 62/78:

Designa para seu representante, na Comissão de revisão do Plano de Ideias do Porto Santo, e seu Delegado naquela Ilha.

Resolução n.º 63/78:

Autoriza um subsídio à Freguesia do Porto Moniz, mediante avaliação das obras por parte da Secretaria Regional do Equipamento Social.

Resolução n.º 64/78:

Encarrega as Secretarias Regionais do Trabalho e dos Assuntos Sociais e Saúde, respectivamente, de proceder à implantação de um «Monumento ao Trabalhador Madeirense» e busto do «Dr. João de Almada».

Resolução n.º 65/78:

Encarrega as Secretarias Regionais do Trabalho, e de Economia de apresentar legislação que atribua certas competências ao Governo Regional.

Resolução n.º 66/78:

Suspende a atribuição de quaisquer subsídios, até nova revisão à Casa da Madeira em Lisboa.

Resolução n.º 67/78:

Comparticipação e isenção de encargos fiscais na aquisição de uma viatura para a R.T.P..

Resolução n.º 68/78:

Resolve impedir o processamento do pagamento aos professores do Continente que optarem por lugares na Telescola em regime de destacamento.

Resolução n.º 69/78:

Resolve adquirir o Ginásio Carlos Gonçalves e mantém o nome em homenagem ao seu fundador.

Resolução n.º 70/78:

Encarrega a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde de adquirir o Hotel Bela Vista para criação de um «Centro para a Terceira Idade».

Resolução n.º 71/78:

Cria uma Comissão para estudo e integração de todo o funcionalismo público da Região em Serviços Sociais adequados.

Resolução n.º 72/78:

Aprova o projecto do Jardim de Infância da Ribeira Brava.

Resolução n.º 73/78:

Aprova o projecto de remodelação da Rua do Conselheiro.

Resolução n.º 74/78:

Aprova o esquema para Construção dum Parque de máquinas no Pico do Funcho — S. Martinho.

Resolução n.º 75/78:

Resolve passar para a responsabilidade do Governo Regional o custo do resto da obra do Bairro da Ajuda.

Resolução n.º 76/78:

Aprova o «Programa de Execução para 1979», do Plano a médio Prazo 1977/80.

Resolução n.º 77/78:

Suspende a resolução n.º 60/78, de 25 de Outubro.

Resolução n.º 78/78:

Autoriza a Secretaria Regional de Economia a actualizar tarifas de transportes de mercadorias na Região.

Resolução n.º 79/78:

Autoriza a instalação de uma fábrica de refinação de óleos alimentares.

Resolução n.º 80/78:

Aprova um empréstimo à firma Confecções Atlântida.

Resolução n.º 81/78:

Aprova uma proposta de empréstimo à firma «Madeira Seafaris».

Resolução n.º 82/78:

Aprova a proposta de Decreto Regional «Criação do Mercado Regulador».

Resolução n.º 83/78:

Encarrega as Secretarias Regionais de Economia e Agricultura e Pescas de elaborar uma portaria sobre a comercialização da banana.

Resolução n.º 84/78:

Dispensa de concurso público a execução do trabalho de isolamento de porões de embarcações inscritas.

Resolução n.º 85/78:

Autoriza a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas de proceder ao arrendamento de um prédio do Governo Regional.

Resolução n.º 86/78:

Aprova uma contraproposta a apresentar à Junta das Canárias sobre fornecimento de água.

Resolução n.º 87/78:

Aprova o orçamento Suplementar da Escola Secundária do Funchal.

Resolução n.º 88/78:

Aprova a proposta de Decreto Regional «Horário de Recolha de Lixo».

Resolução n.º 89/78:

Encarrega o Presidente do Governo Regional da remunerar os responsáveis pelo «Jornal do Emigrante».

Resolução n.º 90/78:

Aprova o esquema preliminar da construção do «Parque de máquinas» do Porto Santo.

Resolução n.º 91/78:

Atribui à Câmara Municipal do Funchal os meios financeiros para a execução da obra «abertura da Galeria do Cidrão».

Resolução n.º 92/78:

Autoriza à Câmara Municipal do Funchal a concessão de 30 novas licenças para Táxis.

Resolução n.º 93/78:

Resolve cobrir 50% do transporte do cimento para o Porto Santo.

Resolução n.º 94/78:

Aprova a proposta de Decreto Regional sobre «Registo de Benfeitorias para efeito de remissão de Terras».

SECRETARIAS REGIONAIS DE AGRICULTURA E PISCAS E ECONOMIA

Portaria n.º 108/78:

Fixa o preço de venda ao público, do leite tipo U.H.T...

Portaria n.º 109/78:

Estabelece normas relativas à recolha e classificação do leite, atribui subsídios aos produtores e fixa os preços de revenda e venda do mesmo.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 106/78:

Estabelece o sistema de formação do preço e fixa as margens de comercialização do queijo tipo «Flamengo».

Portaria n.º 107/78:

Fixa as tarifas de transporte de mercadorias em auto-pesados para o Concelho do Funchal.

Resolução n.º 62/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Designar o seu Delegado para a Ilha do Porto Santo, como representante junto da Comissão agora criada pelo Governo da República, que vai rever o Plano de Ideias daquela Ilha, determinando que seja assessorado por um técnico da Secretaria Regional do Equipamento Social, outro da Secretaria Regional de Economia e ainda outro da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 63/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Face a um pedido de subsídio no valor de mil e quinhentos contos, feito pela Junta de Freguesia do Porto Moniz, o Governo resolveu manifestar, em princípio o seu acordo quanto ao subsídio, mas não quanto ao montante. Foi resolvido ainda incumbir a Secretaria Regional do Equipamento Social, de mandar técnicos avaliar as obras em questão, a fim de melhor precisar o montante a comparticipar.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 64/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Encarregar a Secretaria Regional do Trabalho da instalação do Monumento ao Trabalhador Madeirense, em concordância com a Câmara Municipal do Funchal. Mais encarrega a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde de tratar da implantação do busto do «Doutor João de Almada».

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 65/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Chamar ao Governo Regional a competência delegada em Ministros pela lei que cria o Instituto Nacional de Empresas em Autogestão. As Secretarias Regionais do Trabalho e da Economia apresentarão legislação alternativa ao disposto no artigo décimo sétimo da referida Lei.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 66/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Suspender a concessão de qualquer auxílio económico ou material, até nova revisão da situação da denominada «Casa da Madeira» em Lisboa.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 67/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Comparticipar a Rádio Televisão Portuguesa da Madeira na aquisição de um carro de exteriores, que permitirá cobrir os acontecimentos em directo, e isentar pela aquisição de encargos fiscais. Estas medidas enquadram-se já numa política de novas relações estabelecidas, a partir da presença do Secretário Regional de Educação e Cultura, a título pessoal, no Conselho do Programa Nacional e de acordo com as propostas de regionalização já contidas no Plano de concretização da Autonomia.

O Presidente do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 68/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Neste momento estão colocados todos os Professores Madeirenses profissionalizados, incluindo os saídos da Escola do Magistério Primário no último ano lectivo e que aceitaram os respectivos postos de trabalho. Porém, foi resolvido impedir o processamento de pagamento aos professores do Continente que, colocados nesta Região, optaram por um lugar na Telescola no rectângulo Continental em regime de destacamento, sem que as entidades locais fossem ouvidas, não sendo justificável que a Região suporte este encargo com os professores ausentes, até porque a Telescola não foi solidária, em anos anteriores,

com as medidas que a Região adoptou no preenchimento de lugares de monitores com o sétimo ano, tendo o Ministério da Educação recusado cobrir os custos, nestes casos, os quais são suportados pela Região.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 69/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Adquirir o Ginásio de Carlos Gonçalves, a fim de ser implantada mais uma estrutura gimno-desportiva de apoio aos tempos livres da população. Foi resolvido continuar a designar o Ginásio pelo nome do seu fundador em sua homenagem.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 70/78

Após um estudo e avaliação do terreno e do imóvel, o Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu encarregar a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde de adquirir o Hotel Bela Vista, inacabado ao Lazareto, a fim de ser criado mais um Centro para a terceira Idade. O actual «Lar dos Velhinhos» Doutor João Abel de Freitas acabará, podendo ser-lhe dado outra utilização após as necessárias obras, sendo os seus actuais utentes transferidos para o novo Centro. Uma vez concluídas as obras deste Centro os serviços competentes consideram resolvido o problema da Terceira Idade no que toca a equipamento Social.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 71/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Criar uma Comissão destinada a estudar a integração de todo o funcionalismo público da Região em Serviços Sociais adequados de forma a alargar o âmbito dos Serviços Sociais do Governo Regional. A Comissão será composta por um representante da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, que presidirá, outro da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças e ainda o actual Presidente dos referidos Serviços Sociais.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 72/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar o projecto do Jardim de Infância da Ribeira Brava, no montante de quatro mil e sessenta e quatro contos, sendo aberto concurso imediatamente.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 73/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar o projecto de remodelação da Rua do Conselheiro — troço compreendido entre a Avenida Arriaga e a Avenida do Mar (em directo) sob proposta da Câmara Municipal do Funchal no valor de catorze mil quatrocentos e trinta e três contos, incluindo as expropriações.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 74/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar o esquema preliminar para constru-

ção do parque de máquinas e oficinas do Governo Regional, no sítio do Pico do Funchal, São Martinho, numa área de vinte e dois mil metros quadrados.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 75/78

Analisada a questão do Bairro da Ajuda, da responsabilidade da Caixa Nacional de Pensões, que inclui cento e quarenta e nove moradias inadmissivelmente por concluir, o Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu negociar com o Governo Central a passagem do Bairro para a responsabilidade do Governo Regional, custeando este o resto da obra.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 76/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar o programa de execução para 1979, do plano a Médio Prazo 1977-80.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 77/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Suspender a resolução número 60/78, aprovada no plenário do dia vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e setenta e oito.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 78/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário de 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Autorizar a Secretaria Regional de Economia de actualizar as tarifas dos transportes de mercadorias desta Região Autónoma.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 79/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Autorizar a instalação de uma fábrica de extracção e refinação de óleos alimentares. A autorização caduca se ao fim de seis meses a iniciativa não estiver em concretização.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 80/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar uma proposta apresentada pelo Secretária Regional de Economia, sobre um empréstimo de trezentos contos à firma Confecções Atlântida, a fim de a manter em funcionamento.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 81/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar a proposta do plenário dos Assuntos Económicos, sobre um pedido de novo empréstimos à «Madeira Seafaris».

Presidência do Governo Regional, 2 de No-

vembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 82/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar a proposta de Decreto Regional sobre Criação do Mercado Regulador, a enviar à Assembleia Regional.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 83/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Encarregar as Secretarias Regionais de Economia e da Agricultura e Pescas, de elaborar uma Portaria conjunta sobre a nova disciplina da comercialização da banana.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 84/78

Proposta do Secretário Regional de Agricultura e Pescas.

Com o propósito de prestar apoio aos pescadores da Região, a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, abriu inscrições, a fim de proceder ao isolamento dos porões das embarcações, sobretudo atuneiras, visando a sua maior autonomia no mar, e melhor rentabilidade. Recolhidas as inscrições, a Secretaria de Agricultura e Pescas, encarregou de um Estudo especializado o Grupo Português do Frio, estudo esse, que já foi entregue, seguindo-se na oportunidade, a fase de execução dos trabalhos propriamente ditos. Ponderando porém, por um lado, que a execução do trabalho de isolamento dos porões deve, por razões óbvias de oportunidade e conveniência, achar-

-se concluído, em prazo curto e antes da chamada época alta da pesca na Região, (Março-Abril), e por outro, ser confiado a firma especializada local, já para adquirir o devido «Know-How» sobre a matéria, já para emprego da mão de obra local;

Considerando, que, a abertura de concurso público justificado, legalmente, pelo valor da obra em causa, se não compadece, pela sua morosidade, e havendo várias firmas regionais com capacidade de resposta e possibilidade de executar a obra;

Considerando, enfim, que o Decreto-Lei número 48 871 de 19 de Fevereiro de 1969 permite a dispensabilidade de Concurso público em casos especiais;

Considerando que ao Governo da Região compete dirigir superiormente a actividade da Administração Regional (alínea c) artigo trigésimo terceiro, Decreto-Lei número 318-D/76;

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

«Dispensar de concurso público a execução do trabalho de isolamento dos porões das embarcações inscritas, para tal fim na Região, autorizando excepcionalmente, que a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas faça, para aquele fim, consulta apenas às firmas madeirenses, visando o encurtamento dos prazos de execução».

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 85/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Encarregar a Secretaria Regional de Agricultura e Pescas de proceder ao arrendamento do prédio deste Governo Regional, adquirido à Senhora Dona Leocádia França e situado em Santa Cruz, por meio de hasta pública.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 86/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 2 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar a seguinte contraproposta a apresentar à Junta das Canárias:

Na sequência das conversações havidas no dia trinta de Outubro de mil novecentos e setenta e oito, e para prosseguirmos os trabalhos que terão por objectivo, o aproveitamento das sobras de água da Ilha da Madeira que neste momento desaguam directamente no mar, estipulou-se o seguinte:

1 — O Governo aceita que se desenrolem estudos preliminares em que intervirão I. W. T. S. e a Interagua tendo em vista a exploração e exportação de excedentes de água da Ilha da Madeira.

2 — Os estudos decorrerão em colaboração de técnicos destas empresas e técnicos nomeados pelo Governo Regional da Madeira.

3 — Estes estudos iniciar-se-ão com o objectivo primordial de solucionar a falta de água no Porto Santo. Terão, no entanto, na devida conta as necessidades do regadio Madeirense e não comprometerão caudais que possam ser necessários à Ilha no futuro.

4 — Os acordos definitivos após a finalização dos estudos efectuados pela I. W. T. S. e a Interagua coadjuvados por técnicos Madeirenses serão formalizados entre a Junta de Canárias e o Governo Regional da Madeira, com o acordo prévio dos respectivos Governos Centrais.

Presidência do Governo Regional, 2 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 87/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar o primeiro Orçamento Suplementar da Escola Secundária do Funchal, cuja receita e despesa é de, respectivamente três milhões e doze mil escudos.

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 88/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar uma proposta de Decreto Regional sobre «horário de recolha de lixo» a todos os concelhos desta Região Autónoma, a enviar à Assembleia Regional para efeitos de discussão e aprovação.

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 89/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Encarregar o Presidente do Governo de remunerar os responsáveis pelo «Jornal do Emigrante», nos termos da tabela salarial dos jornalistas, na base de uma hora diária em tempo livre.

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 90/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar o esquema preliminar para a construção do parque de máquinas e oficinas na Ilha do Porto Santo.

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 91/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Pôr à disposição da Câmara Municipal do Funchal os meios financeiros para a execução da empreitada de «Abastecimento de água ao Concelho» — abertura da Galeria do Cidrão — de acordo com a proposta do concorrente «Betões Especiais Limitada», no valor de cinquenta e cinco mil quatrocentos noventa e quatro escudos, sem prejuízo de eventuais comparticipações para aquela obra, nomeadamente as que resultam da sua inclusão no Plano de Cooperações Luso-Americanas.

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 92/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Autorizar a Câmara Municipal do Funchal a concessão de trinta novas licenças para táxis.

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 93/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Cobrir em cinquenta por cento o transporte de cimento para o Porto Santo, dado os aumentos de transporte marítimo agora verificados. Esta medida aplica-se só ao cimento cuja distribuição está a cargo do Delegado do Governo na Ilha do Porto Santo.

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Resolução n.º 94/78

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 8 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar uma proposta de Decreto-Regional sobre «REGISTO DE BENFEITORIAS para efeito de remissão de terras».

Presidência do Governo Regional, 8 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

**SECRETARIAS REGIONAIS DE AGRICULTURA
E PISCAS E DE ECONOMIA**

Portaria n.º 108/78

Havendo mister fixar o preço do leite do tipo

U. H. T. na venda ao público, para evitar especulações, propiciadas especialmente pela carência do produto na Região, nos últimos meses;

Considerando, que o Governo Regional na sua última reunião de 25 do corrente, analisando o problema em todas as suas implicações, entendeu, que o preço do leite, dada a sua alta qualidade e ainda o preço a que é colocado na Região procedente dos Açores, (17\$50/litro, não poderá ser fixado além daquele valor, aliás já pago à Produção;

Nesta conformidade, manda o Governo Regional da Madeira, através das Secretarias de Agricultura e Pescas, e Economia o seguinte:

Artigo 1.º — É colocado à venda ao público, na Região, ao preço de 15\$00 o litro, o leite U. H. T.

Artigo 2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Cumpra-se.

Publique-se.

Secretarias Regionais de Agricultura e Pescas e de Economia, 31 de Outubro de 1978. — O Secretário Regional de Agricultura e Pescas, *Jorge Gaudêncio Machado Figueira*. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Portaria n.º 109/78

Considerando que as condições de exploração das unidades agro-pecuárias na Madeira, são mais onerosas que no Continente e Açores;

Considerando que a baixa de produção do leite, tem vindo a agravar-se progressivamente ao longo do tempo, com graves inconvenientes para os consumidores;

O Governo, com o intuito de conciliar os interesses dos produtores de leite, com os dos consumidores;

Ao abrigo do artigo n.º 28 da Portaria n.º 192-B/78, de 7 de Abril, manda o Governo Regional da Madeira através da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas e da Secretaria Regional de Economia o seguinte:

1.º — Nas áreas de recolha organizada, as funções de recolha e concentração de leite são da competência das cooperativas de produção.

2.º — Entendem-se por zonas de recolha or-

ganizada aquelas onde exista uma recolha aprovada nos termos do Decreto-Lei n.º 47 710 e se proceda a classificação oficial do leite.

3.º — As salas colectivas de ordem mecânica, desde que oficialmente aprovadas, serão equiparadas a postos de recepção de leite.

4.º — A classificação de leite na Madeira será feita nos postos de recepção, sob orientação e vigilância dos Serviços Veterinários, em conformidade com as características higio-sanitárias e de harmonia com as normas de classificação e de análise oficialmente aprovadas.

5.º — Sempre que o leite entregue pelos produtores nos postos de recepção levante suspeita sobre a sua genuinidade ou apresente possível alteração, deverá ser separado e devidamente identificado para apreciação ulterior no posto de concentração.

6.º — Os mapas de volume de leite classificado serão, para efeito de pagamento de subsídio pelo Governo Regional, subscritos pelas entidades que efectuam a recolha do leite, e a sua autenticidade garantida pelos serviços competentes da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

7.º — Na Madeira, nas zonas de recolha organizada, os preços a pagar à produção a partir de 1 de Novembro de 1978 por litro de leite, são os seguintes:

Leite de classe A	15\$00
Leite de classe B	12\$50

8.º — Os preços à produção na Madeira entendem-se para o leite com 3,2% de teor butiroso, sujeitos à valorização ou desvalorização de \$07 por cada 0,1% de gordura.

9.º — Os produtores e cooperativas de produtores que procedem à instalação de equipamento de ordenha mecânica e ou refrigeração do leite, nas condições expressas no n.º 13 da presente portaria, beneficiarão de um subsídio de 40% a fundo perdido sobre o custo e montagem do equipamento adquirido.

10.º — Os produtores que se associem para instalar estábulos colectivos nas condições expressas no n.º 13 da presente portaria beneficiarão do subsídio de 40% a fundo perdido sobre o custo da construção.

11.º — Os produtores e cooperativas de produtores que utilizem ordenha mecânica e ou refrigeração nas condições expressas no n.º 13 da presente portaria, receberão os seguintes subsídios por cada litro de leite de classe A:

- a) — \$60, se procederem simultaneamente à ordenha mecânica e refrigeração;
- b) — \$30, se realizarem apenas a ordenha mecânica;
- c) — \$30, se procederem apenas à refrigeração.

12.º — O leite especial produzido na Madeira terá o preço de 15\$00 litro. Este tipo de leite é abrangido pelos subsídios previstos no n.º 11 desta portaria e ainda por um subsídio especial de 3\$50.

§ 1.º — O leite especial, produto integral da ordenha, não terá em conta o teor butiroso pelo que não sofrerá valorização ou desvalorização.

§ 2.º — A classificação como produtor de leite especial carece da aprovação pelos serviços competentes da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

13.º — 1 — Na Madeira os subsídios referidos nos n.ºs 9 e 10 serão concedidos pelo Governo Regional após aprovação das instalações e equipamento pelos serviços competentes da Secretaria Regional de Agricultura e Pescas.

— 2 — Os subsídios previstos nos n.ºs 11 e 12 serão da responsabilidade do Governo Regional, cabendo, no entanto, à UCALPLIM a efectivação do seu pagamento.

14.º — 1 — Os tipos de leite para consumo em natureza comercializados na Madeira, com excepção do leite especial pasteurizado, deverão apresentar o seguinte teor butiroso:

Percentagem

Leite pasteurizado	2,5
Leite ultrapasteurizado gordo	2,5
Leite ultrapasteurizado magro	0,5
Leite esterilizado gordo	2,5
Leite esterilizado meio gordo	1,5
Leite esterilizado magro	0,5

— 2 — Estas percentagens entendem-se co-

mo valores mínimos, exceptuando os valores indicados para os leites ultrapasteurizados e esterilizados magros, que se consideram como máximos.

15.º — Os preços de revenda e venda ao público do leite pasteurizado nos postos de abastecimento e outros estabelecimentos, para utilizar fora do local de aquisição e ao domicílio na Madeira são os seguintes:

<i>Embalagens</i>	<i>Revenda</i>	<i>nos postos de venda e outros estabelecimentos</i>	<i>domicílio</i>
de 1 L	7\$80	8\$50	9\$10
de 0,5 L	4\$10	4\$60	5\$00
de 0,25 L ...	2\$20	2\$50	2\$90
em bilhas, litro			9\$50

16.º — Nos centros de consumo poderá ser deduzida da margem do retalhista a importância de \$15 por embalagem, quando colocada em estabelecimentos de venda a retalho.

17.º — Os consumidores colectivos, industriais e estabelecimentos hoteleiros e similares só poderão ser abastecidos de leite pasteurizado em bilhas seladas.

18.º — Os preços a pagar pela fábrica ILMA serão:

Classe A — 12\$00 Classe B — 9\$50

Acresce a estes preços o custo de 1.º escalão que para o efeito se fixa em 2\$00.

19.º — O custo de 1.º e 2.º escalões a cargo da UCALPLIM, bem como o diferencial entre o custo de produção e a venda ao público, serão suportados pela dotação global prevista no n.º 29 da Portaria Nacional n.º 192-B/78, de 7 de Abril.

Secretarias Regionais de Agricultura e Pescas e de Economia, 3 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional de Agricultura e Pescas, *Jorge Gaudêncio Machado Figueira*. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 106/78

A Portaria N.º 21/78 de 24 de Maio fixa os preços máximos, para a Região Autónoma da Ma-

deira, de queijo tipo Flamengo de fabrico continental e açoriano.

O mesmo diploma por referir que os preços e margens são extensivos ao queijo importado de tipo Flamengo impossibilita os armazenistas — importadores da Região de importar o referido produto, tradicionalmente procurado para consumo nas unidades hoteleiras.

Assim, o Governo Regional, pela Secretaria de Economia, ao abrigo do N.º 2 do art.º 7 do Decreto Regional N.º 2/76 de 21 de Outubro determina o seguinte:

1.º — O preço de venda ao público para o queijo importado tipo Flamengo será formado a partir do preço CIF/Funchal/mais encargos aduaneiros, acrescido das margens de 11\$00 e 20\$00 por quilograma, respectivamente, para o armazénista e retalhista.

2.º — É revogado o N.º 3 do art.º 3.º da Portaria N.º 21/78 de 24 de Maio.

3.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional de Economia, 6 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Portaria n.º 107/78

Os aumentos que se têm verificado em todos os componentes de custo dos transportes públicos rodoviários de mercadorias, onde sobressai o aumento, aliados a tarifas que actualmente não cobrem os seus custos de exploração, levam à necessidade de efectuar uma actualização das tarifas para os transportes de mercadorias em auto-pesados para o Concelho do Funchal, de modo a proporcionar as condições mínimas à manutenção deste necessário sector dos transportes na Região.

Ao abrigo do n.º 2 do art.º 7.º do Decreto Regional n.º 2/76 de 21 de Outubro, o Governo Regional, pelo Secretário Regional de Economia, determina o seguinte:

1.º — As tarifas de transporte de mercadorias em auto-pesados para o Concelho do Funchal serão as seguintes consoante as zonas.

- a) 1.ª Zona — Pontinha, Largo António Nobre, Ponte de São João, Cruzes, Torreão, Rua Elias Garcia, Campo da Barca e Forca.

Por carreto

viaturas até 4.000 Kg de	
carga	262\$50
viaturas de mais de 4.000	
Kg de carga	372\$00

- b) 2.ª Zona — Lido, Levada dos Barreiros, Cruz de Carvalho, Pico de São João, Azinhaga de São Pedro, Levada de Santa Luzia, Chão da Loba e Lazareto:

Por carreto

viaturas até 4.000 Kg de	
carga	337\$50
viaturas de mais de 4.000	
Kg de carga	445\$00

- c) 3.ª Zona — Praia Formosa, (Estrada Monumental) São Martinho (Igreja), Quinta do Leme, Muro da Coelha, Estrada do Livramento, Bom Sucesso, São Gonçalo, (Igreja) e Manicómio:

Por carreto

viaturas até 4.000 Kg de	
carga	375\$00
viaturas de mais de 4.000	
Kg de carga	480\$00

- 2.º — No transporte de cereais, guano, sal, cimento, gesso, clínquer e de outras mercadorias, cujo peso se conheça e caibam dentro das caixas das viaturas com capacidade superior a 6.000 Kg será cobrada por cada toneladas:

- a) Na 1.ª Zona — 46\$50
 b) Na 2.ª Zona — 55\$50
 c) Na 3.ª Zona — 60\$00

- 3.º — As condições de transporte de mercadorias são as seguintes:

- a) A cobrança mínima é a equivalente a um carreto.

- b) O tempo máximo para a carga e descarga de uma viatura não pode ir além de 1 hora e 30 minutos.

- c) Por cada período de 15 minutos de demora, por motivos não imputáveis ao transportador, será cobrada a importância de 75\$00;

- d) O tempo é contado desde o momento em que o veículo é posto à disposição do cliente até à chegada ao local de partida;

- e) Quando a carga a transportar não atinja a capacidade da viatura, o pagamento será efectuado por carreto conforme a Zona;

- f) Nos serviços de transporte de postes, madeiras, ferro e outras mercadorias que excedam o comprimento da caixa da viatura, a tarifa será a correspondente à capacidade de carga do veículo que efectuar o serviço;

- g) Quando as mercadorias sejam distribuídas por mais de um armazém, a tarifa será determinada tendo sempre em atenção os locais percorridos e o tempo gasto;

- h) Para os transportes a efectuar fora da 3.ª Zona do Concelho do Funchal serão mantidas as tarifas em vigor;

- i) Nos casos em que a viatura seja chamada para um serviço e não o efectue, depois de ter comparecido no local da chamada, voltando vazio para a praça, por razões não imputáveis ao industrial de transportes, será cobrada a quantia correspondente a 50% do valor do carreto.

- 4.º — O presente diploma entra em vigor a partir do dia 9 de Novembro de 1978.

Secretaria Regional de Economia, 6 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Preço deste número: 18\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1 100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série 650\$	>	350\$
A 2.ª série 650\$	>	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»